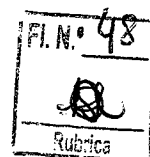




ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2017

JUSTIFICATIVA

A comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Maruim, instituída pela Portaria nº. 03 de 02 de janeiro de 2017 vem apresentar Justificativa de **Inexigibilidade de Licitação** para a “Contratação de empresa para Implantação, Manutenção, Treinamento e Suporte técnico ao Licenciamento de Uso de Software Agportal dos seguintes Módulos: **PORTAL DO SERVIDOR** (contracheque, ficha financeira, recadastramento e cadastro); **AGFOLHA** (folha de pagamento e Rh); **AGTRIBUTOS** (tributos); **AGLOGISTICA** (almoxarifado, patrimônio e compras) e **AGOP** (ordem de pagamento); para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maruim.”, conforme o quanto disposto neste processo.

Sabe-se que esta Prefeitura, por força da sua natureza jurídica, se sujeita a Lei das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que este Secretario demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que se pretende contratar para Implantação, Manutenção, Treinamento e Suporte técnico ao Licenciamento de Uso de Software Agportal dos seguintes Módulos: **AGOP** (ordem de pagamento); **AGFOLHA** (folha de pagamento e RH) e **AGLOGISTICA** (almoxarifado, patrimônio e compras), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maruim, preenche o mesmo.

O licenciamento de uso de software de Gestão Pública é exclusividade, pois trabalha um sistema de gestão e precisa ser implantado nesta Prefeitura através do fornecimento da licença de uso (Implantação, Manutenção, treinamento e suporte técnico); o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Prefeitura:

End.: Praça Barão de Maruim, S/Nº - Centro. CEP 49770-000 Maruim/SE Tel/Fax: (79) 3275-1363 / 1371
CNPJ: 13.109.350/0001-32



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM



Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25. *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa **Agsistema Comercio de informática LTDA.** não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

2 - Justificativa do preço - Os preços apresentados pela **Agsistema Comercio de informática LTDA.** estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis, conforme pesquisa realizada.

Perfaz a presente inexigibilidade o Valor Global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago em parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para o exercício de 2017, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

UO: 15003 Secretária Municipal de Finanças
Ação: 2004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças
Elemento: 3390.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.
Fonte: 0100.000

UO: 15008 - Secretaria Municipal de Administração
Ação: 2020 - Manutenção da Sec. Municipal de Administração.
Cl. Econômica: 3390.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Fonte de Recursos: 0100.000 - Tesouro

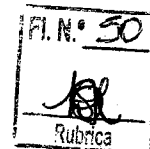
Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas:

Considerando que a **Agsistema Comercio de informática LTDA** é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Pública Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM



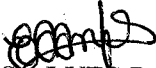
Considerando que os sistemas e serviços oferecidos pela **Agsistema Comercio de informática LTDA**, representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros. Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Prefeitura;

Considerando que a **Agsistema Comercio de informática LTDA** é a detentora dos programas e que possui equipe de técnicos capacitada e infraestrutura completa com equipamentos, veículos, telefones, além de escritório preparado para o atendimento e treinamento dos servidores;


Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opino pela contratação direta dos serviços da Proponente – **Agsistema Comercio de informática LTDA** – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.


Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica suso aludida.

Maruim/SE, 03 de Fevereiro de 2017.


ELENILDES ALVES DOS ANJOS
Presidente da CPL


LAIZE SANTOS DE ALMEIDA
Secretária


TEFSON RODRIGUES DOS SANTOS
Membro


CLEIDE MARTINS MOREIRA SANTOS
Membro

RATIFICO EM 03/02/2017.


JEFERSON SANTOS DE SANTANA
Prefeito municipal de Maruim